



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



JULGAMENTO DE RECURSO E CONTRARRAZÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 49/2026

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº. 17/2026

OBJETO: Registro de preços para eventual e parcelada aquisição de equipamentos e materiais de informática, para atender as necessidades dos departamentos do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.

Recorrente: L&R SOLUÇÕES LTDA CNPJ 52.623.583/0001-00.

I – Relatório

Trata-se de processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2026 cujo objeto resume-se no registro de preços para eventual e parcelada aquisição de equipamentos e materiais de informática, para atender as necessidades dos departamentos do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.

A empresa citada acima apresentou intenção de recurso, dentro da plataforma, requerendo a inabilitação da empresa PAGNAN & BACHES LTDA CNPJ 20.953.739/0001-25 declarada previamente habilitada no item 41, respectivamente, diante disso, foi concedido a empresa o prazo legal para que a mesma apresentasse suas razões para requerer a inabilitação da proponente, durante o prazo estipulado a empresa anexou seu recurso na plataforma.

Durante o prazo para a apresentação das suas contrarrazões, a empresa recorrida não manifestou-se.

a) Tempestividade

Em primeiro lugar, tem-se que o recurso apresentado pela empresa supracitada é tempestivo, visto que foi respeitado o prazo legal que consta na plataforma Comprasgov.com.br, visto que todo o processo acontece exclusivamente dentro da plataforma.

Assim procedemos a análise dos fatos.

II - Da Alegação da Recorrente

A recorrente sustenta, em síntese, que o modelo ofertado pela recorrida, Webcam C3TECH WB-200BK, não atenderia à exigência editalícia referente ao “zoom digital mínimo

Fone: (46) 3546-1144 - Av. Iguaçu, 750 - CEP 85635-000 - Nova Esperança do Sudoeste - Pr.



de 1.2x”, alegando ausência de comprovação expressa em manual ou ficha técnica pública do fabricante.

III - Da Contrarrazão da Recorrida

A recorrida não apresentou suas contrarrazões durante o prazo estipulado.

IV - Da Análise do Recurso

Diante dos fatos apresentados, o primeiro ponto a ser destacado é que a descrição dos itens é de inteiramente responsabilidade do departamento solicitante. Portanto, após análise técnica realizada pelo departamento responsável pela elaboração e definição das especificações do objeto, concluiu-se que o produto ofertado atende às necessidades da Administração e às exigências constantes no edital, motivo pelo qual a proposta foi devidamente aceita.

Cumprir destacar que a Administração Pública deve pautar seus atos nos princípios da razoabilidade, competitividade, economicidade e busca da proposta mais vantajosa, não podendo promover desclassificação baseada exclusivamente em interpretação restritiva ou ausência de menção literal em ficha técnica, especialmente quando o setor técnico competente entendeu pelo atendimento do objeto licitado.

Importante salientar que a análise das especificações técnicas do equipamento foi realizada por setor competente e com conhecimento técnico acerca do objeto, o qual manifestou-se favoravelmente quanto ao atendimento das exigências do edital pela proposta apresentada pela recorrida.

Ademais, não foi demonstrada de forma objetiva e inequívoca a incompatibilidade do equipamento ofertado com as necessidades da Administração, tampouco prova concreta de que o produto não possua a funcionalidade exigida, limitando-se a recorrer a alegações presuntivas baseadas na ausência de informação específica em material publicitário do fabricante.

Nesse sentido, a Administração não está vinculada exclusivamente à literalidade de catálogos comerciais, podendo valer-se da análise técnica especializada para aferição da compatibilidade do produto ofertado com o objeto licitado.

Ressalta-se ainda que o formalismo moderado constitui entendimento consolidado na jurisprudência dos Tribunais de Contas, sendo vedada a desclassificação de proposta por excesso de rigor formal quando demonstrada a aptidão do produto para atendimento da finalidade pública pretendida.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



VII - Decisão

Por todo o exposto, julgo:

- a) Receber o recurso tendo em vista que este foi apresentado tempestivamente e **negar** o recurso interposto pela empresa L&R SOLUÇÕES LTDA CNPJ 52.623.583/0001-00, na forma da fundamentação;

Encaminhamos para o Prefeito Municipal para que analise todas essas documentações, e profira a sua decisão administrativa.

Nova Esperança do Sudoeste em 28 de maio de 2026.

TIAGO MARTINS
Pregoeiro